

## **ENTRE A EXPERIÊNCIA CIDADINA E A SOCIABILIDADE CAMPESINA: O CASO DO O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL EM TERESINA.**

Patrícia Soares de Andrade  
Professora de Sociologia do IFPI (Mestre em Políticas Públicas-UFPI)  
patricia\_sociologa@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Pesquisa qualitativa, que investigou a constituição e as relações que se estabelecem entre as famílias que migraram do campo para a cidade nos anos 1970/80 e na atualidade em função do desencanto com as promessas do mundo urbano se apresentam na produção do território no assentamento 17 de abril em Teresina. Os estudos recentes sobre a formação de assentamentos rurais no país tem evidenciado que diferentes sujeitos, com distintas orientações e experiências se apresentam na produção da política pública e reforma agrária e, na conformação do território do assentamento e no modo de vida e produção que se instala. No caso em tela, a mobilização das famílias para participarem da ocupação foi realizada pelo MST e ocorreu junto aos trabalhadores desempregados da periferia urbana de Teresina, especialmente nos bairros, favelas e vilas da zona Sul de da cidade, bem como nas localidades próximas a referida fazenda. Nesse processo, o assentamento se estrutura numa trama de relações sociais, que tem produzido um espaço plural que reflete, em parte, o futuro, planejado no tempo da resistência, e que tem se materializado *no compasso da espera, do persistir e do seguir em frente*.

**Palavras-chave:** Assentamento. Sociabilidade Camponesa. Urbanidade.

### **Introdução**

Os assentamentos de reforma agrária podem ser considerados espaços de invenção social que estimulam diferentes estudos, ou seja, podem ser tomados como objeto de investigação em suas diversas dimensões, quais sejam: políticas, econômicas, ambientais, culturais ou sociais.

A compreensão do processo de produção do território de um assentamento de reforma agrária passa sobretudo pelo estudo da teia de relações que o compõe, na busca de captar as dinâmicas e concepções que operam em sua constituição,<sup>1</sup> no caso específico do

---

<sup>1</sup> Este artigo é a síntese do quinto capítulo da dissertação “NO COMPASSO DA ESPERA, DO RESISTIR E DO SEGUIR EM FRENTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL EM TERESINA”, do Mestrado em Políticas Públicas da UFPI., que discutiu as relações que se estabelecem entre os diferentes sujeitos que envolvidos na produção do território do referido assentamento.

Assentamento “17 de Abril” um componente a mais deve ser incorporado à análise, a experiência de cidade de grande parte das famílias assentadas, ou seja, o assentamento em questão constitui-se em um território formado por um significativo número de pessoas que, tendo migrado inicialmente do campo para cidade e nela permanecido por certo período, realizaram, com o assentamento, um retorno ao campo. Assim, buscamos captar as particularidades da constituição desse território a partir dessa característica, posto que seus integrantes, embora com forte sociabilidade campesina,<sup>2</sup> apresentam também traços e condutas marcadas pela experiência cidadina.<sup>3</sup>

Essa condição de assentado rural migrado da área urbana nos remete a uma reflexão acerca de Teresina para além de sua área rural e a sua condição fundiária, buscando entender processos múltiplos que conformam o conjunto do município, no qual, como assevera Tidafi (2005, p.218), “é notória a força de uma espaço-temporalidade curtida na ruralidade,” sendo muito forte no imaginário de sua população a imagem do vaqueiro, marca fundamental da história da ocupação de terras e das atividades produtivas no Estado do Piauí.” A autora ainda relembra que (2005, p.218 *apud* HARVEY, 1980, p.266), “a pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.”

Com efeito, como assevera o estudo de Tidafi (2005), o espaço urbano de Teresina é fortemente marcado pela presença de traços da cultura campesina, sobretudo nas áreas de concentração de pobreza, traços que Woortmann (1990) identifica como “campesinidade”.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Refiro-me a forma como são tecidas as relações sociais entre tais sujeitos, relações marcadas por práticas, ritos linguagens e condutas de um tempo-espaço particular, o campo, não necessariamente por estarem geograficamente situados nele, mas com ele guardarem relações de pertencimento e identificação.

<sup>3</sup> Tal entendimento distancia-se, no entanto, de construções dicotômicas acerca do “campo” ou da “cidade” que eventualmente estabelecessem para habitantes desses espaços uma identidade fixa ou essencializada. Tidafi (2005, p.223) relembra, retomando reflexões de Williams (1989, p.11), que “o contraste campo-cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica, sendo o campo associado que ‘a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples’, e da tradição oral; e a cidade, associada ‘a ideia de centro de realizações - de saber, de comunicações, luz’, da tradição escrita e, mais contemporaneamente, das comunicações eletrônicas, virtuais. Williams (1989, p.11) afirma ainda que ‘também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.’” Para Tidafi (2005, p.223), “essas adjetivações dicotômicas e duais não carregam consigo as explicações históricas que conformam e produzem o campo e a cidade, que definem o que cada um pode ser em determinado modo de produzir historicamente determinado.”

<sup>4</sup> Para Woortmann (1990), a campesinidade consiste na presença de traços da cultura camponesa em maior ou menor grau em distintos grupos que migraram do campo, expressos, sobretudo, nos valores subjetivos com base na ética camponesa, uma ética fundada no trabalho, na família, pelos laços de solidariedade, pelo vínculo à terra como morada e trabalho.

A campesinidade também teria como valor a liberdade, entendida como autonomia, como possibilidade de definir, como, quando e onde realizar o trabalho com e para a família.

No caso de Teresina, Tidafi (2005) destaca que na periferia da cidade é possível encontrarmos atividades agrícolas e formas de convivência social e grupal a partir do trabalho comunitário, como a realização de farinhadas, ou mesmo familiar, como as pequenas hortas nos quintais e a criação de animais de pequeno porte como galinhas e porcos, no entorno das moradias, além de outras práticas do universo e do cotidiano da vida rural. A presença de alguns traços culturais em distintos bairros e grupos evidencia que a cultura camponesa não foi apagada por completo na experiência de vida na cidade de Teresina, ficando a indagação acerca dos limites entre a relação de pertencimento ao universo da vida rural (por vínculos afetivos e identificação com a atividade produtiva do campo) e o fato de que grande parte desses sujeitos ocupam, quando na cidade, as zonas de pobreza, consistindo como já afirmou Harvey, em uma “pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.”

Os estudos que tratam do processo de urbanização em Teresina<sup>5</sup> identificam um enorme crescimento da população urbana de 1970-1980, indicando ainda que esse aumento encontra explicação, em grande parte, no fluxo populacional das zonas rurais em direção a capital do Estado. Tidafi (2005, p.189-190) destaca que,

Teresina consistia no ponto de chegada de um processo migratório iniciado a partir das áreas rurais para as cidades pequenas, geralmente próximas, e, somente posteriormente, a migração para a capital. Conforme os censos demográficos realizados, a população total do município de Teresina cresceu entre 1970 e 1980 a uma taxa geométrica da ordem de 5,53% ao ano, o que corresponde a 17,66% da população do Estado. [...]. Vale destacar, também, que a capital piauiense ostentou uma taxa de crescimento no período 1980-1991 [quando essa taxa já estava em queda], superior as demais capitais nordestinas.

Conforme dados do IBGE, a população de Teresina passou de 90.723 habitantes em 1950 para 598.411 em 1991, saindo portanto de uma taxa de urbanização de 56,67 (1950) para a taxa de 92,93 (1991), reconhecidamente um imenso salto na população urbana. Em 1996 a população do município era de 654.276 habitantes, número que se eleva em 2000 para uma população de 714.318 habitantes, dos quais 94,72% habitava a zona urbana e o restante, em torno somente de 5%, morava em áreas rurais do município. Conforme a

---

<sup>5</sup> Para um estudo mais detalhado dessa questão, os trabalhos de Tidafi (2005), Lima (2003), Façanha (2003) e Nascimento (2002), dentre outros, representam uma esforço significativo na construção de referências para pensar a cidade de Teresina.

contagem da população (IBGE, 2007), o município de Teresina conta com 779.939 habitantes.

Esse aumento vertiginoso da população de Teresina provocou alterações na estruturação da cidade, que já apresentando graves problemas urbanos, com as novas demandas postas pelo crescimento demográfico, sobretudo advindo do meio rural, se vê frente a problemas emergentes que passam a se impor ao poder público (TIDAFI, 2005). Um desses graves problemas estava assentado no déficit de moradias, materializado no aumento dos conflitos pela posse da terra urbana que geraram muitas ocupações de terrenos públicos ou privados no período imediatamente subsequente.<sup>6</sup>

Assim, a luta dos sem teto produziu um crescimento acelerado do número de vilas e favelas na cidade, gerando intervenções públicas de remoções, assentamentos de famílias em parques residenciais e uma gama de outras ações com impactos decisivos na gestão e na ocupação do solo da cidade. O desenho urbano da cidade foi sendo alterado pela ação dos sem teto ao ocuparem novas áreas e seu perímetro urbano sendo dilatado pelas intervenções públicas que incorporavam novas glebas rurais à cidade que se expandia.

Muitos dos novos moradores da cidade eram, portanto, migrantes das áreas rurais atraídos pelo sonho da qualidade de vida nas áreas urbanas. O assentamento 17 de abril constitui um dos sinais reveladores de que a cidade não atendeu satisfatoriamente às expectativas de muitos desses migrantes, já que alguns deles, deixando as periferias de Teresina rumo ao campo, contribuíram para conformar o referido assentamento.

### **Sujeitos em movimento: mobilização da população com experiência urbana**

Para os militantes do MST, a mobilização nas áreas periféricas dos centros urbanos é uma estratégia que o movimento adotou para estimular o retorno das pessoas para o campo, visto que,

boa parte das famílias que hoje vivem nas periferias dos grandes centros são agricultores, que de um modo ou de outro foram expulsos do campo, pela ação do capital, das transnacionais, dos grandes proprietários. Eles foram expulsos do campo e vieram pra cidade em

---

<sup>6</sup> Maiores considerações a respeito podem ser encontradas em Tidafi (1999), um estudo sobre o processo de ocupações urbanas levadas a efeito de 1985-1990, período de intensa movimentação em torno na questão da moradia.

busca de alternativas. Como na essência, digamos... noventa e oito por cento dessa mão-de-obra é uma mão-de-obra desqualificada pro trabalho urbano, industrial... A construção civil ainda consegue absorver parte dessa mão de obra, mas é uma parte muito insignificante e o restante acaba inchando os grandes centros, e a nossa ação enquanto MST é mobilizar essas famílias para que façam o caminho de volta para o campo. No caso específico de Teresina, do “17 de Abril”, e de outros assentamentos, todos aqui da região, eles tem, digamos, quase que setenta por cento das famílias acampadas da região de Teresina. Eles vieram do centro urbano. [...] *É claro que esse é um público que dependendo do tempo que está afastado da agricultura, ele vai passar por um longo processo de readaptação e certamente temos enfrentado muitos problemas nesse processo de readaptação novamente à cultura camponesa* e assim por diante, mas, o que a gente tem observado, é que mesmo com todos os problemas enfrentados, digamos, o resultado positivo é muito maior do que o negativo. (Carlos, 34 anos, membro da direção estadual do MST. Grifo nosso)

No que concerne a essa questão, os estudos de Medeiros (2003), Fernandes (2005, 2008), Carvalho (1999), dentre outros, tem indicado uma alteração no perfil dos demandantes de terra. Nos últimos anos, os acampamentos tem incorporando pessoas com significativa experiência de vida nos espaços urbanos. Essa mudança pode ser explicada em função da crise estrutural do capitalismo que intensificou a redução dos postos de trabalhos no mundo urbano, elevando as taxas de desemprego das últimas décadas, reduzindo ainda mais as possibilidades de inserção produtiva para aqueles segmentos com baixa qualificação profissional.

Assim, uma das características das famílias do assentamento 17 de Abril é a experiência anterior de grande parte de seus assentados/as em áreas urbanas (em Teresina, Fortaleza, Rio de Janeiro, dentre outras cidades) por um período de tempo antes de migrarem para o assentamento. A presença de traços da cultura e da tradição camponesa emerge, quando tais assentados/as são questionados sobre as motivações geradoras da decisão de participar da ocupação, oportunidade em que sempre foi evidenciada a vontade de “voltar ao campo”, ou de “ter uma terra para plantar”, como indicam os relatos, a seguir:

Eu não tinha uma condição financeira que desse pra comprar um pedaço de terra, nem nada. E aí *eu vi que a oportunidade de conseguir algum pedacinho de terra pra trabalhar* seria participando lá do acampamento (Pedro, 47 anos, migrou da zona rural de Altos em direção a Teresina em 1979. Grifo nosso)

[Eu] morava na zona rural, porque a gente era uma família grande e a gente tinha que completar [a renda] porque nosso pai ganhava pouco. Tinha que plantar o milho, um arroz, um feijão, pra complementar a renda da família, então tinha que trabalhar, e a gente mesmo tinha interesse de trabalhar. [...]. Eu fiquei nessa, trabalhando no meu próprio negócio<sup>7</sup>, mas assim... *eu tinha vontade mesmo de voltar pro interior, de voltar a trabalhar na roça*, aí surgiu a oportunidade com o MST aqui, que eu também já conhecia lá de Luzilândia. (Antonio, 45 anos, migrou de Luzilândia para Teresina na década de 1980. Grifo nosso).

Os relatos evidenciam ainda um desencanto pela cidade, sobretudo por conta da violência presente de forma mais intensa nos últimos anos, como informam os excertos a seguir:

Já sofri a violência urbana. Foi essa violência que eu sofri lá na época que eu era frentista. A vontade de sair das zonas urbanas para dar um local mais sossegado pros filhos. [...] Meu filho de sete anos, ele foi assaltado e levou uma pancada do revólver na cabeça, e o menino se assombrou com a cidade. E as drogas já tavam chegando na calçada de casa. E isso foi o que levou à minha decisão maior de ir procurando a zona rural. Embora aqui ainda não existe [a violência], mas pode vir a acontecer. Mas foi [...] pensando assim... mais nos filhos... que eu decidi vir pra zona rural, e também, a questão mais forte também, é a questão da política da reforma agrária. Porque nesse país se não avançar a reforma agrária, não tem como nenhum dos outros setores vir a avançar. (Joana, 45 anos, natural da cidade Batalha, migrou para Teresina na década de 1980)

Os relatos são ilustrativos das condições de vida que os, hoje assentados/as, enfrentaram como pobres urbanos em uma vida marcada pela instabilidade, por privações e riscos. Riscos de sofrer os mais diversos tipos de violência, além das privações de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família e de acesso a serviços de saúde de qualidade. Essas questões interferem no momento de decidir pela participação nos processos de luta pela terra e, como podemos observar, a vivência na cidade e as experiências ligadas à violência urbana jogaram um peso importante na decisão de participar da ocupação, realizando um caminho de volta para o campo.

Contudo, a estratégia do MST de mobilização das famílias desempregadas e moradoras da periferia urbana para participarem das ocupações de terras rurais é alvo de controvérsias. Pessoas ou famílias com experiências urbanas teriam dificuldades de adaptação ao modo de vida e de produção nas áreas rurais? Em que medida ou em que

---

<sup>7</sup> Antes de ir para a ocupação, o informante possuía uma oficina de refrigeração para conserto de geladeira.

condições poderiam constituir-se em beneficiários de uma Política de Reforma Agrária?  
Conforme o Superintendente do INCRA no Piauí,

na verdade, essa estratégia [mobilização de pessoas que moram na periferia das cidades para participar das ocupações no campo] que o movimento tem adotado não tem se refletido numa eficácia que a gente pudesse dizer pelo menos razoável. Porque geralmente quando essas famílias vem para os núcleos urbanos elas passam a estabelecer uma vinculação com a cidade, então, mesmo nas condições mais precárias que elas possam ter de vida, elas tem um vínculo muito forte com a cidade. Nos assentamentos no entorno dos centros urbanos, nós temos um problema sério porque as pessoas não ficam no assentamento, são poucos aqueles que realmente permanecem nas áreas [dos assentamentos] e não tem uma vida dupla, geralmente eles constroem um barraco ou coisa parecida nas periferias, e mantêm a sua casa no assentamento. [...] Essa estratégia de implantação de assentamentos muito próximos dos centros urbanos acaba criando uma situação muito difícil para o INCRA porque, em tese, essas famílias, para serem assentadas precisam morar no assentamento efetivamente e, em algumas situações a gente vê que as pessoas moram menos no assentamento e mais na cidade e isso acaba gerando um conflito e uma tensão nessa relação do INCRA com os assentamentos. (Gestor do INCRA no Piauí).

Assim, conforme tal depoimento, as pessoas envolvidas nessas ocupações estabelecem uma relação com a cidade que interfere negativamente na permanência nas áreas conquistadas, visto que um dos critérios para ser assentado é a permanência no assentamento, critério também estabelecido pelo MST no momento de seleção dos beneficiários para o assentamento.

Outro elemento destacado na crítica acerca dessa estratégia do movimento diz respeito a uma suposta “ausência de vocação” para o trabalho na agricultura das pessoas que viviam nas cidades e estão sendo assentadas pelo INCRA. Esse é o entendimento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), para a qual, há “forte evasão dos lotes distribuídos aos assentados, devido principalmente à falta de vocação do assentado para trabalhar na terra”.<sup>8</sup>

Rebatendo tais críticas, os militantes do MST destacam que no processo de modernização da agricultura e industrialização do país, intensificado a partir da década de 1950, os camponeses foram paulatinamente sendo expulsos do campo, tendo que migrarem para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, e no processo de incorporação desses segmentos ao trabalho nas cidades, especialmente na construção civil,

---

<sup>8</sup> Conforme texto intitulado “Questão Fundiária: Reforma agrária é cara e sem resultados sociais”. Disponível em: < <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=726> > . Acesso em 23. jun.2009.

não foi cobrado a esses sujeitos a tal vocação para o trabalho urbano. Para um militante do MST, “não nascemos operários, bancários, professores, assalariados. O sistema capitalista foi quem nos tornou assalariados e, muitas vezes, sem salários, na informalidade.”<sup>9</sup>

Ademais, como lembra Carneiro (1998), experimentamos um “contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola.”

Em que pese os aspectos levantados nessa polêmica, que evidenciam a complexidade da problemática em questão, cabe ressaltar que as condições materiais para a efetivação da conquista da terra passa, via de regra, por várias situações. No caso específico do assentamento 17 de Abril, as famílias receberam o título provisório de concessão de uso da terra em 2005 e desde o mês de setembro do referido ano passaram a morar efetivamente na área desapropriada pelo INCRA. Assim, apenas no final de 2008 tiveram acesso ao crédito habitação para a construção de suas moradias. Essa situação impôs severas limitações aos assentados/as, haja vista que durante esse tempo as famílias ficaram morando em condições bastante precárias, acompanhando o padrão de moradia de parte da população pobre do meio rural piauiense.

### Figura 01 – Aspectos de habitação dos assentados



Foto: Patrícia Andrade. Realizada em novembro de 2008.

<sup>9</sup> Conforme expresso no texto “Vocação” para trabalhar no campo. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/formacao/realidade-brasileira/trabalhos-de-conclusao-do-curso-realidade-brasileira-de-sao-paulo-2005-turma-lu>>. Acesso em 20.jun.2009.



Como podemos observar, as condições de moradia do Assentamento 17 de Abril são bastante precárias<sup>10</sup>. As casas, em sua maioria, tem as paredes feitas de barro (taipa) ou palha e a cobertura com palha de carnaúba, árvore bastante comum na área no período anterior à instalação da agrovila. Esse quadro de precariedade de condições de moradia e mesmo das condições de produção das famílias assentadas, constitui elemento importante no entendimento das razões dos deslocamentos eventuais para a cidade ou mesmo da desistência do lote na agrovila; afinal, não seriam essas, formas distintas de busca por qualidade de vida, de luta pela sobrevivência em locais e em condições diferentes das que se revelaram possíveis no assentamento? Assim, as causas de evasões dos assentamentos podem ser explicadas muito mais pelas adversidades das condições de vida e trabalho nos assentamentos que, por uma eventual “ausência de vocação” para o trabalho na agricultura, ou mesmo ainda pela atração que os possíveis “encantos” da cidade possa exercer sobre as pessoas.

### **A experiência cidadina e a sociabilidade camponesa**

A mobilidade das famílias do campo para a cidade pode ser entendida dentro do processo de modernização da agricultura brasileira implementada a partir da década de 1970, que colaborou para intensificar a expulsão dos trabalhadores/as rurais para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida, provocando, conseqüentemente, o crescimento das cidades. Os relatos dos/as assentados/as quanto a seus itinerários campo – cidade – campo são reveladores de uma mobilidade acionada pela luta pela sobrevivência.

Nós chegamos em 1970...74, eu morava aqui na Betânia, no interior que tem aqui depois de Demerval Lobão. A gente veio pro parque Piauí [bairro de Teresina]. Na época [...] a gente ficou lá na quadra 111, eu fiquei na casa 16, e meu pai na 111... aí foi quando construíram o Bela Vista... eu não sei por que a gente não tinha renda eles acharam [que] a gente não podia ficar nas casas dos Parque aí transferiram a gente pro

---

<sup>10</sup> As famílias já estavam há 03 anos morando nessas condições, mas essa situação está sendo alterada, visto que no final do ano de 2008, os/as assentados/as estavam recebendo o crédito habitação para a construção das casas.

Bela Vista... para as casas que chamavam de embrião... E aí eu fiquei lá até quando saí pra invasão...<sup>11</sup> pro acampamento [Paulo, 63 anos]

Eu nasci na zona rural mesmo, só que no Maranhão. Eu sou do Maranhão, e meus pais tinham um terreninho no município de Brejo Anapurus. E todos eles trabalham em roça. Eu cresci trabalhando em roça também. Depois dos 12 anos, 13 anos, foi que eu vim morar com a minha tia aqui em Teresina. Aí comecei a estudar, aprendi a profissão de sapateiro. Comecei a trabalhar “de menor” ainda. Porque todo o pessoal da minha família trabalhava, meu pai trabalha com isso daí também, porque ele faz de tudo. [...] Aí quando eu vim pra Teresina, eu fui morar com a minha tia e depois meu pai veio de São Luís e eu fiquei morando com ele. Aí eu aprendi, comecei a estudar, trabalhar com ele lá na sapataria. Em 81 eu viajei pro Rio. [...] Eu tinha uma irmã que morava lá e eu tinha muita vontade de conhecer. E eu fui pra passar um ano e passei 7 anos. (João, 48 anos)

Como as áreas urbanas não conseguiram absorver o grande contingente populacional que para elas ocorreu nesse período, uma das formas de aparecer da “questão urbana” contemporânea é a favelização, a indigência em seus cordões periféricos, o desemprego, o subemprego, a informalidade do trabalho precário, entre outros aspectos.

Carvalho (1999) destaca que a heterogeneidade de pessoas vivendo nos assentamentos de reforma agrária é muito ampla: crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, mulatos e mestiços, católicos, protestantes, e diversos outros cultos, pessoas originárias de diversas regiões do país, que vieram da zona rural e urbana, de diversas escolaridades, profissões e com diversos valores morais, políticos e culturais. No que diz respeito ao último local de moradia antes de ir para o assentamento, a grande maioria das famílias que foram assentadas é proveniente da zona urbana de Teresina, ou seja, teve a cidade de Teresina como última moradia, visto que apenas 5% da amostra pesquisada é oriunda da zona rural. No que diz respeito a zona e ao bairros de procedência, todos que habitavam em Teresina localizavam suas residências na zona Sul, com destaque para os Bairros Santo Antonio e Santa Clara, com 20% e 15% respectivamente..

Quanto às experiências de trabalho podemos observar que foram principalmente atividades na construção civil e na prestação de serviços como empregada doméstica, vendedor ambulante, ou em outra atividade que exigia pouca qualificação, indicando um processo de inserção precária, que grande parte dos sem terra vivenciam antes (por vezes

---

<sup>11</sup> A expressão “invasão” embora preterida pelo MST que qualifica tais ações como “ocupação”, é, no entanto, utilizada por algumas pessoas que se envolvem nas ações organizadas pelo movimento.

durante) sua incorporação como beneficiário da política de reforma agrária com a implantação dos assentamentos.

Com efeito, a maioria das famílias que residem hoje no assentamento tomou conhecimento da ocupação por meio de parentes que estavam participando das reuniões de mobilização, e passaram a convidar seus familiares, irmãos, cunhados, vizinhos, que viviam a mesma condição de luta pela sobrevivência na cidade, quase sempre numa inserção precarizada no mercado de trabalho, desempenhando atividades na construção civil, como vendedores ambulantes, dentre outras atividades.

A trajetória sócioespacial dessas famílias revela uma intensa mobilidade não somente de moradias, mas no mundo do trabalho, quase sempre de inserção precarizada, na informalidade dos “bicos” ou de baixa remuneração, como indica o relato a seguir:

Eu morei uma época em Fortaleza, morei uns cinco anos lá. Lá eu trabalhava na beira mar. Logo que a gente foi para lá, a gente fazia [...] jarros de madeira, cinzeiros, então meu marido... a gente trabalhava com isso, com os tornos, a gente comprava a madeira aqui porque a madeira de lá não é boa, levava para lá, nessa época tinha trem, levava no trem e lá gente fazia os jarros e vendia na beira mar, porque lá tem um comércio na praia que começa assim duas horas da tarde aí vai noite a dentro e a gente ia para lá. Era artesanato. Eu sou artesã, eu trabalho com couro e madeira; Eu talho. E daí, depois a gente começou a trabalhar vendendo, acabamos com essa história da madeira porque era muito trabalhoso, dava muito problema e a gente começou a fazer algodãozinho. [...] umas tangas de rede, a gente chama de tanga de rede, que é de botar mesmo nas varandas da rede, a gente fazia vestido, confeccionava, eu mesma costurava com conchas, fazia cinto, enfeitava os vestidos com conchinhas, sandália e assim vivia lá durante cinco anos. Ai eu vim embora para cá novamente, para Teresina. Ai eu trabalhava já no Mercado Central com minha mãe. Lá eu fiz um curso de enfermagem daí eu fui trabalhar lá na Casamater.<sup>12</sup> Eu trabalhei uns dez anos lá na Casamater [como enfermeira] e ai [...], quando eu saia do hospital já ia direto pro Mercado Central pra ajudar a minha mãe, [que] já estava lá e aí de noite era que eu ia para casa e assim ficava. No Mercado Central eu vendi roupa, depois botei uma lanchonete, aí botei uma mercearia, ai botei uma lojinha de alumínio foi justamente o período que eu vim para cá. (Antônia, 50 anos)

Como podemos observar, os assentados/as passaram por um processo significativo de mobilidade no mundo do trabalho até chegarem ao assentamento. Essa mobilidade gera, inclusive, para um deles, a jocosa adjetivação de “homem das 14 profissões.” Essa característica identificada no caso dos assentados no 17 de Abril pode ser encontrada

---

<sup>12</sup> Casamater é um hospital da rede particular de Teresina.

também em outros assentamentos, como revela Carvalho (1999), quando afirma que parte expressiva dos/as assentados/as da reforma agrária, por sua mobilidade social e pelas suas estratégias de sobrevivência, vivenciam um “nomadismo geográfico e social.”

### **Considerações finais**

A inserção na realidade do assentamento e o contato com a trajetória social das famílias permitiu observar que essas famílias assentadas possuíam vínculos significativos com a terra, algumas, óbvio, com mais experiências que outras. E a escolha por acampar e vir a ser um assentado é vivenciada para alguns como um retorno às raízes, ou como uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho agrícola, além de viabilizar a reunião do núcleo familiar, visto que os filhos de assentados/as que estavam em outros Estados retornaram para o assentamento para a realização do trabalho agrícola em família, além de gerar a possibilidade de pertencer a uma comunidade. São essas as principais motivações que levaram as pessoas a investir esforços na luta por reforma agrária.

Dessas indagações aproximativas, fica ainda uma inquietação: a ideia de “urbanização do campo” não estaria, muitas vezes, associada a uma romantização desse espaço ou ainda ligada a uma construção que o dissociaria da acessibilidade a direitos sociais pelas populações do campo (como moradia digna, educação de qualidade, entre outros), como se tais direitos fossem, “por excelência”, acessados somente por habitantes dos espaços urbanos? Se o esforço investigativo permitiu respostas a algumas indagações, certamente engendrou novas interrogações e pontos de partida para pesquisas posteriores.

Do exposto, podemos asseverar que o Assentamento 17 de abril é um espaço marcado por diversos processos e relações. Não consiste, portanto, em um território isolado, com uma marca identitária estável ou monolítica. Sendo área rural, trava, no entanto, relações com a cidade de Teresina e com outras comunidades rurais do seu entorno e as redes familiares são centrais na ocupação do território e no conjunto das atividades que lá se realizam. Sendo assim, o 17 de Abril é um território novo, modelado pela ação de distintas identificações e relações de pertencimentos, aproximando o universo da vida rural às influências do mundo urbano.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006 – resultados preliminares. Rio de Janeiro, p.1-146, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares** (Parte II). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

CARVALHO, H. M.. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), 1999. Disponível em: < [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br).>

\_\_\_\_\_. Luta na terra, um desafio constante ao MST. Curitiba, 2003. (Dig.)

FERNANDES, B. M . Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: GALVÃO, C et. al. (org.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária no governo lula: a esperança**. 2003. Disponível em:< [http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_RA.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf).> Acesso em 12.set.2008

LIMA, A.J. de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

MEDEIROS, A. J. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

TIDAFI, M. R. V. **E os sem teto também tecem a cidade: as ocupações urbanas de Teresina (1985-1990)**. (Dissertação de Mestrado), PUC/SP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Itinerantes no cronotopos: mobilidade e segregação em Teresina-Piauí**. (Tese de Doutorado), PUC/SP, 2005.

Woortmann, K. Com parente não se negocia. In: **Anuário antropológico**. nº1987. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.